

A presidência do Senado

29 DEZ 1994

Não deve a opinião pública desinteressar-se de acompanhar uma solução satisfatória para o problema da presidência do Senado — vale dizer, para o problema da presidência do Congresso. As candidaturas existentes são insatisfatórias diante do prestígio que se deve conferir à função, que está a exigir um ocupante dotado de qualidades capazes de engrandecê-la e não de diminuí-la. Todos viram o que ocorreu na revisão constitucional prevista para realizar-se cinco anos depois da promulgação da Carta de 1988 pelo voto da maioria absoluta dos parlamentares. A atuação do sr. Humberto Lucena, presidente do Senado e do Congresso, foi um dos fatores que contribuíram para o malogro do esforço empreendido para modificar a *Constituição dos mise-*

ráveis e adaptá-la às exigências da modernidade.

Há três autocandidatos a essa função: os srs. Íris Rezende (PMDB-GO), José Sarney (PMDB-AP) e Pedro Simon (PMDB-RS). O primeiro é quercista de carteirinha. Está longe de ser capaz de valorizar o trabalho a ser desenvolvido na Câmara Alta. Quanto ao representante do Amapá, já não há muito o que dizer. É um político profissional, cuja característica principal é o comprometimento que o vincula a transações políticas, amarrado a um permanente desempenho ditado pelo propósito de aparecer. Está em plena campanha, prometendo, negociando, transigindo, desejoso de ampliar o apoio de que carece para elevar-se a alturas imerecidas. Do sr. Pedro Simon diga-se que se distingue pela ho-

nestidade pessoal, mas que é politicamente menos expressivo. Não tem o conteúdo que se exigiria para comandar com êxito um processo de reforma da Lei Magna, que o Executivo terá de tentar, em 1995. A oratória do senador gaúcho é curiosa e se pode definir com uma expressão que define as peculiaridades com que é praticada, não muito afastadas do engraçado: um gesto à procura de uma palavra.

Se a opinião pública não deve ficar alheia ao episódio, o Executivo não pode, de outro lado, ignorá-lo. A questão envolve as relações entre ele e o Legislativo e pressupõe que um governo que

compreenda como é importante se fazer respeitar tem de contar, no Congresso, com interlocutores de seu nível, que possam a um tempo dignificar a instituição parlamentar e dialogar de igual para igual com os titulares da Administração.

Parece incrível que entre 81 senadores os partidos não tenham vislumbrado quem satisfaça a necessidade de recomendar a Casa. É esta a hora de procurar um nome que se

É necessário encontrar um nome que dignifique a função e o Legislativo

imponha por seu passado e jogá-lo na disputa malcomeçada, antes que os afoitos criem situações de fato e levem a melhor (ou a pior para o País). Afinal, é preciso dar seqüência à renovação.